

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE N.º DE 2015
(Do Sr. GERALDO RESENDE)

Propõe que a Comissão de Seguridade Social e Família realize com o auxílio do Tribunal de Contas da União – TCU, auditoria e fiscalização nos recursos federais destinados ao Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, pelos fatos denunciados pelo Conselho Municipal de Saúde, que supostamente apontam falhas no serviço público e descaso com a verba pública.

Senhor Presidente,

Com base nos artigos. 70 e 71, da Constituição Federal, e nos artigos 60 I e II e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, proponho, ouvido o Plenário desta Comissão, realize-se, com o auxílio do Tribunal de Contas da União – TCU, fiscalização nos recursos Federais destinados ao Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, bem como elucidar mortes de aproximadamente 40 fetos durante o ano de 2015, por possíveis falhas no atendimento.

JUSTIFICAÇÃO

A imprensa de Mato Grosso do Sul tem noticiado, com angustiante frequência, a ocorrência de mortes fetais em Dourados-MS, repercutindo denúncias do Conselho Municipal de Saúde, que apontam falhas no atendimento às mães gestantes que procuram a maternidade do Hospital Universitário (HU), administrado pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), conveniado com o Município para prestar esse serviço pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Trata-se de um estabelecimento de grande relevância para a saúde pública não apenas de Dourados, mas de uma região compreendida por cerca de 35 município (somando aproximadamente 800 mil habitantes) por ser também a única unidade que oferece serviço de pediatria de alta complexidade pelo SUS.

Recentemente, o Conselho Municipal de Saúde divulgou levantamento feito pela Comissão de Acompanhamento de Óbitos Hospitalares, da Secretaria Municipal de Saúde de Dourados, em reunião realizada no dia 21 de setembro, segundo o qual, de janeiro até aquela data, a maternidade do Hospital Universitário de Dourados registrou a ocorrência de 2.090 nascimentos.

Segundo reportagem da edição do dia 28 de setembro de 2015, do jornal “O Progresso”, praticamente no mesmo período (de janeiro a 13 de setembro último), houve aproximadamente 40 mortes fetais no Hospital Universitário de Dourados, perfazendo praticamente o número de 20 mortes a cada mil nascimentos, o que seria um índice alarmante, levando em conta que o número considerado razoável pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que é de 10 mortes a cada mil nascimentos.

Levantamentos da imprensa mostram ainda que esses números se encontram na contramão das metas estabelecidas pela ONU (Organização

das Nações Unidas) para o Terceiro Milênio sobre Mortalidade Materna e Infantil e também das conquistas do Brasil nessa área. A meta de reduzir a mortalidade infantil em dois terços em relação aos níveis de 1990 até 2015 foi cumprida pelo país em 2011, quatro anos antes do prazo assumido perante a organização, quando a taxa de mortalidade no Brasil, de 53,7 óbitos por mil nascidos vivos em 1990, diminuiu para 17,7 já em 2011, chegando a 15, em 2014.

De acordo com o site Dourados News, na reunião do dia 21 relatada acima, entre choros emocionados de mães e demais presentes, vieram a público inúmeros problemas enfrentados pelo próprio Hospital Universitário, entre eles, a falta de recebimento de recursos que deveriam ter sido repassados pelo Município, para custear serviços da maternidade. Um dos pontos enfatizados pelos membros do Conselho Municipal de Saúde foi a ocorrência de falhas no atendimento. Também se relatou a superlotação dos leitos da maternidade, falta de profissionais e até assédio moral, de acordo com matéria publicada pelo citado veículo de comunicação. (<http://www.douradosnews.com.br/dourados/apos-mortes-de-bebes-reuniao-aborda-problemas-no-hu>). Desta reunião, um dos encaminhamentos resultantes foi a abertura, pelo Ministério Público Federal, de um inquérito civil para apurar as denúncias.

Sobre o mesmo assunto, o site Campo Grande News também informa que, se por um lado a direção do Hospital Universitário relata o não repasse de recursos pelo Município para pagamento de serviços prestados na maternidade, por outro, o secretário municipal de Saúde Sebastião Nogueira afirma que o Estado deve ao Município o montante de R\$ 7.657.342,99, referentes a convênios da área de saúde. Tal informação, no entanto, é refutada pelo governo estadual, conforme noticia o mesmo site: (<http://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/nelson-tavares-diz-que-secretario-de-dourados-precisa-assumir-os-proprios-atos>). Pelo que se vê, o Hospital Universitário enfrenta dificuldades financeiras, que seriam ocasionadas pela falta de repasses, os quais seriam de responsabilidade dos gestores estadual e federal.

Fato interessante é que mesmo com tantas reclamações – de todos os lados - dos usuários, do HU, do Município e do Estado – o Município decidiu renovar, na mesma reunião acima citada, o contrato com o Hospital Universitário por mais seis meses, porque não há outro hospital para oferecer os serviços por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

Como se pode notar, há queixas e desmentidos de praticamente todos os lados envolvidos nessa questão, e nesse imbróglio, quem fica com os prejuízos são as gestantes e seus familiares, que perderam filhos no momento mais sublime e aguardado, que é a hora do parto. Também ficaram sem a perspectiva de acompanharem o desenvolvimento de vidas tão queridas e esperadas.

A verdade é que tais fatos são o registro de uma tragédia anunciada, à qual eu tentei me antecipar, com o projeto de implantação em Dourados, do Instituto da Mulher e da Criança – o IMC, para o qual consegui, no Ministério da Saúde, recursos da ordem de R\$ 12,9 milhões, para a construção de uma unidade anexa ao Hospital Universitário. A conquista desses recursos se deu com o empenho em 22 de outubro de 2010 e a liberação, em junho de 2012, os quais foram depositados na conta da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), que seria a executora das obras e que iria gerir o futuro Instituto.

Ocorre que por falhas no projeto arquitetônico elaborado por empresa que não possuía expertise no assunto, a obra nunca teve início, tendo como resultado o fato de que em março deste ano (2015) fui oficialmente informado de que a UFGD, no final do exercício financeiro de 2013, deixou de inscrever os recursos em restos a pagar e com isso perdeu a verba conquistada com tanto trabalho e empenho pessoal, causando grande indignação de amplos setores da sociedade douradense, principalmente diante das necessidades da saúde pública da população da Grande Dourados.

Diante de tudo o que fora exposto, apresento a referida Proposta de Fiscalização e Controle – PFC, para que essa Comissão realize com o

apoio do Tribunal de Contas das União, auditoria e fiscalização no Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, pelos fatos denunciados pelo Conselho Municipal de Saúde e caso venham a ser confirmados que sejam adotadas as providências necessárias. Aproveito para solicitar o apoio dos nobres pares na apreciação e aprovação desta proposição.

Sala das Comissões, em 30 de setembro de 2015.

Deputado GERALDO RESENDE
PMDB/MS